



**ESTADO DO MATO GROSSO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA

PARA

**OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E
DE REGISTRO DO
ESTADO DO MATO GROSSO**

PROVIMENTO

2014

 **FMP**

Concursos

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao Caderno de Prova:

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece CINCO opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Quanto à Folha de Respostas:

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D ou E**).

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a Folha de Respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **CINCO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O caderno de questões poderá ser levado após quatro horas do início das provas.

Não será permitida a saída da sala de aula antes de transcorrida **UMA HORA** do início da prova (item 13.7.1 do Edital).

Não é permitido qualquer tipo de consulta, nem uso de máquina de calcular, bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

REGISTROS PÚBLICOS

- 1 – Sobre os direitos e os deveres dos notários e registradores, com base na Lei 8.935/94, assinale a afirmativa correta.
- (A) Os notários e oficiais de registro não gozam de independência financeira no exercício de suas atribuições; assim, embora tenham direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, só poderão cobrar adicional do usuário havendo solicitação de urgência para a realização do serviço.
 - (B) Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, tendo direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, e o dever de dar recibo dos emolumentos percebidos, mesmo que já afixada, em local visível, a tabela de emolumentos vigente.
 - (C) Os notários e oficiais de registro não gozam de qualquer espécie de independência no exercício de suas atribuições, razão pela qual devem observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.
 - (D) Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, tendo direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, e só perderão a delegação nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal.
 - (E) Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, sendo seu dever funcional organizar e participar das associações de classe, a fim de dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.

2 - Relativamente aos princípios aplicáveis ao Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Em atenção ao princípio da continuidade ou do trato sucessivo, na hipótese de instituição de usufruto, se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do usufrutuário, o registrador exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior.
- (B) Pelo princípio da instância, cabe ao oficial do registro, recorrer da decisão que julgou procedente a dúvida suscitada.
- (C) Na qualificação de uma escritura de doação, o registrador deverá observar, em razão da especialidade subjetiva, se o estado civil do doador coincide com o que consta na matrícula em que figura como proprietário.
- (D) Em atenção ao princípio da rogação, descabe ao registrador realizar qualquer espécie de averbação ou retificação de seus registros sem o prévio requerimento do interessado.
- (E) Por força do princípio da prioridade gradual, os mandados judiciais de penhoras prenotados no protocolo sob o número mais baixo, serão registrados com precedência, garantindo-se assim, a preferência de ordem material na execução do crédito.

3 - São atribuições do Registro de Imóveis, nos termos da Lei 6.015/73, **exceto**:

- (A) o registro dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada, e a averbação da reserva legal.
- (B) o registro da alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel, e a averbação das convenções antenupciais nos registros referentes a imóveis pertencentes a qualquer dos cônjuges, inclusive os adquiridos posteriormente ao casamento.
- (C) o registro das sentenças declaratórias de usucapião, e a averbação de contrato de locação, para os fins de exercício de direito de preferência.
- (D) o registro do contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público, e a averbação das convenções de condomínio para que seja oponível contra terceiros.
- (E) o registro das convenções antenupciais, e a averbação *ex officio* dos nomes dos logradouros, decretados pelo poder público.

4 - Considerando a regulamentação do procedimento de dúvida na Lei 6.015/73, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente, desta forma, descabe ao interessado apelar da decisão que julgou improcedente a dúvida suscitada.
- (B) Ainda que o interessado não impugne a dúvida no prazo de quinze dias, será ela julgada por sentença, e, em caso de improcedência, deverá o oficial proceder ao registro solicitado, averbando a referida sentença no Protocolo.
- (C) A ocorrência da dúvida será anotada no Protocolo, à margem da prenotação, e, transitada em julgado a decisão que julgou procedente a dúvida, dar-se-á ciência da decisão ao oficial, para que a consigne no Protocolo e cancele a prenotação.
- (D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos trinta dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais, razão pela qual, havendo suscitação de dúvida, esta deverá ser julgada dentro do referido prazo.
- (E) No processo de dúvida, serão devidas custas, a serem pagas pelo interessado, quando a dúvida for julgada improcedente.

- 5 -** Serão registradas no Registro de Imóveis competente, para terem eficácia contra terceiros, **exceto:**
- (A) a cédula rural pignoratícia, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenhados.
 - (B) a cédula rural hipotecária, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado.
 - (C) a cédula de crédito bancário, sem garantia real hipotecária, no do domicílio do emitente.
 - (D) a cédula de crédito industrial, no da circunscrição em que esteja localizado o imóvel hipotecado dado em garantia.
 - (E) a nota de crédito rural emitida por cooperativa, no do domicílio da emitente.
- 6 -** Sobre o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, assinale a afirmativa correta.
- (A) Considera-se constituído mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.
 - (B) A sua averbação será obstada pela existência de ônus reais que tenham sido constituídos sobre o imóvel objeto da incorporação para garantia do pagamento do preço de sua aquisição.
 - (C) Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador atingem o patrimônio de afetação constituído, e o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação passarão a integrar automaticamente a massa concursal.
 - (D) O incorporador somente poderá negociar as unidades autônomas após ter averbado, no Registro de Imóveis competente, o patrimônio de afetação que se distinguirá de seu patrimônio pessoal.
 - (E) Será extinto, de pleno direito, pela revogação, em razão do esgotamento do prazo de validade do registro de incorporação, que será de 120 dias e não poderá ser prorrogado.
- 7 -** Sobre as atribuições e competências dos notários, a partir da Lei 8.935/94, assinale a afirmativa correta.
- (A) É livre a escolha do tabelião de notas pelas partes, e este poderá praticar atos de seu ofício dentro do Município para o qual recebeu a delegação, ainda que diverso do lugar de situação dos bens objeto do ato ou do negócio.
 - (B) É livre a escolha do tabelião de notas pelas partes, razão pela qual este deverá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, sempre que solicitado, desde que no mesmo Estado da Federação.
 - (C) Não é livre a escolha do tabelião de notas pelas partes, nas hipóteses em que haja vinculação do notário ao lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, mas as partes não estão adstritas à escolha do tabelião que atue no seu domicílio.
 - (D) Não é livre a escolha do tabelião de notas pelas partes, razão pela qual este não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
 - (E) É livre a escolha do tabelião de notas pelas partes, podendo, no entanto, o notário praticar o ato solicitado apenas se o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio seja o mesmo do Município para o qual recebeu a delegação.
- 8 -** Sobre a escritura pública, assinale a afirmativa correta.
- (A) A escritura deverá conter, dentre outros requisitos, o reconhecimento da identidade e da capacidade das partes presentes e das que estiverem representadas por mandatário.
 - (B) A escritura será redigida na língua nacional, todavia, se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional, e o tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverá ser apresentada tradução pública registrada no Registro de Títulos e Documentos competente.
 - (C) A escritura deverá conter, dentre outros requisitos, a assinatura das partes e dos demais comparecentes. Todavia, se algum comparecente não puder ou não souber escrever, outra pessoa capaz assinará por ele, a seu rogo.
 - (D) Nas escrituras relativas a imóveis deverá ser exigido o comprovante do pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, quando incidente sobre o ato, salvo se a parte adquirente o dispensar, hipótese em que responderá, nos termos da lei, pelo pagamento dos débitos fiscais existentes.
 - (E) Nas escrituras relativas a imóveis deverá ser exigida certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao imóvel, e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, cujo prazo de validade, para este fim, será de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta, a critério do tabelião.
- 9 -** Acerca do testamento, assinale a afirmativa correta.
- (A) Deve o tabelião atentar que podem testar os maiores de dezesseis anos, hipótese em que, lavrado o instrumento, este deverá ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador, ao seu assistente legal e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença de todos os comparecentes.
 - (B) No testamento cerrado, deve o tabelião atentar que o indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.
 - (C) Deve o tabelião atentar que, salvo se houver justa causa, declarada no testamento, não pode o testador que não possui herdeiros necessários, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e de incomunicabilidade sobre os bens legados.
 - (D) Deve o tabelião atentar que o testamento que contiver um reconhecimento de filho, não poderá ser integralmente anulado, exceção à regra de que, sendo o testamento um ato personalíssimo, pode ser mudado a qualquer tempo.
 - (E) Deve o tabelião atentar que toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte, todavia é proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.

10 - Sobre a fé pública nos atos notariais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante da fé pública de que é dotado o tabelião, o reconhecimento de firma por semelhança gera presunção absoluta de que o documento foi assinado pela parte indicada.
- (B) Diante da fé pública de que é dotado o tabelião, o reconhecimento de firma por autenticidade gera presunção absoluta de que o documento foi assinado pela parte indicada.
- (C) Diante da fé pública de que é dotado o tabelião, a cópia fotográfica por ele conferida valerá como prova de declaração da vontade, dispensando-se a apresentação do original, mesmo quando impugnada sua autenticidade.
- (D) Diante da fé pública de que é dotado o tabelião, a identidade de algum dos comparecentes na escritura pode ser pelo notário atestada, dispensando-se a identificação documental.
- (E) Diante da fé pública de que é dotado o tabelião, a escritura gera presunção absoluta dos fatos que o notário declarar terem ocorrido em sua presença, bem como presunção relativa de veracidade dos fatos declarados pelos comparecentes.

11 - Sobre a publicidade no Registro Civil das Pessoas Naturais, de acordo com a Lei 6.015/73, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas certidões de Registro Civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, nem a requerimento do próprio interessado, salvo em virtude de determinação judicial.
- (B) Qualquer pessoa pode requerer certidão do Registro Civil, devendo, no entanto, informar por escrito, ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- (C) O acesso ou envio de informações ao registro civil, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) poderão ser assinados, a critério do registrador, com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Nas certidões extraídas pelo registro civil aos reconhecidamente pobres, isentas de emolumentos, fica proibida a inserção de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.
- (E) Havendo qualquer espécie de alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o registrador mencioná-la somente quando solicitado pelo próprio interessado ou por determinação judicial, fazendo constar que a certidão envolve elementos de averbação a margem do termo.

12 - Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo – DNV, por parte do registrador civil das pessoas naturais, **exceto**:

- (A) equívocos ou divergências que comprometam a identificação da mãe.
- (B) omissão do nome do recém-nascido.
- (C) divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último.
- (D) divergência parcial ou total entre o nome do pai constante da declaração e o verificado pelo registrador nos termos da legislação civil, prevalecendo este último.
- (E) omissão do nome do pai.

13 - Acerca do assento de óbito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O assento de óbito somente poderá ser lavrado em vista de atestado de médico legista ou de dois médicos que tiverem verificado ou presenciado a morte.
- (B) O assento de óbito deverá ser assinado pelo médico legista que atestou o óbito ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.
- (C) Nenhum assento será lavrado após o sepultamento, salvo por autorização judicial, expedida após a oitiva de duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.
- (D) O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, em falta de declaração de parentes, segundo a declaração da respectiva administração, após autorização judicial.
- (E) Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento.

- 14 -** Sobre os registros, as averbações e as anotações no Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a afirmativa correta.
- (A) A sentença de anulação de um casamento, cujo registro foi lavrado no Livro B, será averbada no Livro B-auxiliar e anotada nos assentos de nascimento dos cônjuges, lavrados no Livro A.
 - (B) O óbito, cujo registro foi lavrado no Livro C, será averbado no assento de nascimento, e anotado no assento de casamento, lavrados nos Livros A e D, respectivamente.
 - (C) A emancipação, cujo registro foi lavrado no Livro E, será averbada no assento de nascimento e anotada no assento de casamento, lavrados nos Livros A e B, respectivamente.
 - (D) O restabelecimento de uma sociedade conjugal, cujo registro de casamento religioso para efeitos civis foi lavrado no Livro B-auxiliar, será averbado no Livro B-auxiliar e anotado nos assentos de nascimento dos cônjuges, lavrados no Livro A.
 - (E) O casamento, cujo registro foi lavrado no Livro B, será averbado nos assentos de nascimento e anotado nos assentos de óbito dos cônjuges, lavrados respectivamente nos livros A e C.

15 - Compete ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, **exceto**:

- (A) a averbação de alteração contratual de sociedade de responsabilidade limitada não empresária.
- (B) o registro dos atos constitutivos de sociedade anônima.
- (C) o registro dos atos constitutivos de fundação instituída por testamento.
- (D) a averbação de alteração de ato constitutivo de organização religiosa.
- (E) o registro dos atos constitutivos e dos estatutos de partido político.

16 - Acerca da escrituração no Registro de Títulos e Documentos, com base na Lei 6.015/73, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Livro A é o protocolo no qual serão apontados os títulos, os documentos e os papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados, e o Livro C destina-se a inscrição, por extração, de títulos e documentos, salvo se já registrados no Livro B.
- (B) O Livro B, destina-se à transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, desde que não registrados por extratos em outros livros, e o Livro D, que pode ser substituído pelo sistema de fichas, é o indicador pessoal.
- (C) O Livro B destina-se à transladação integral de títulos e documentos, e, tratando-se de documento impresso, idêntico a outro já registrado na íntegra, no Livro C, poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes, as características do objeto e demais dados constantes dos claros preenchidos, fazendo-se remissão, quanto ao mais, àquele já registrado.
- (D) O Livro A é o protocolo, no qual se fará, em seguida ao registro, a remissão ao número da página do livro em que foi ele lançado, e o Livro C destina-se à inscrição, por extração, e os títulos, os documentos e os papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, na forma resumida.
- (E) O Livro C destina-se à inscrição por extração, de títulos e documentos, e o Livro D é o indicador pessoal, e, se, no mesmo registro ou averbação, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações.

17 - Acerca do exame dos títulos e dos documentos de dívida, é correto afirmar que cabe ao tabelião de protestos

- (A) examinar os caracteres formais dos títulos e documentos de dívidas, bem como a ocorrência de prescrição e caducidade.
- (B) obstar o registro do protesto do título ou documento de dívida que apresente irregularidade formal.
- (C) investigar a ocorrência de caducidade do título ou documento de dívida apresentado.
- (D) examinar o cumprimento do negócio subjacente ao título ou documento de dívida apresentado.
- (E) obstar o registro do protesto do título ou documento de dívida que apresente qualquer irregularidade material, bem como procedimental.

18 - Sobre o protesto, com base na Lei 9.492/97, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser tirado protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
- (B) O protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívidas desde que prescritas.
- (C) O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para pagamento do título.
- (D) São títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.
- (E) Após o vencimento, o protesto poderá ser efetuado por falta de aceite, de pagamento ou de devolução, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.

CONSTITUCIONAL

19 - A respeito dos direitos fundamentais elencados no art. 5º da CF/88, assinale a alternativa correta.

- (A) É plena a liberdade de associação para quaisquer fins.
- (B) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.
- (C) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (D) Sob nenhuma hipótese pode o sigilo da correspondência ser violado.
- (E) O Estado prestará assistência jurídica gratuita a todos.

20 - São características do Estado Brasileiro:

- (A) sistema de governo democrático e regime de governo presidencialista.
- (B) forma de governo republicana e sistema de governo democrático.
- (C) forma de governo republicana e regime de governo democrático.
- (D) sistema de governo republicano e regime de governo presidencialista.
- (E) sistema de governo presidencialista e regime de governo republicano.

21 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O rol de direitos sociais nos incisos do art. 7º e seguintes é exaustivo.
- (B) É vedada a redução salarial do trabalhador sob qualquer hipótese.
- (C) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que os salário normal.
- (D) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, será de, no mínimo cento e oitenta dias.
- (E) Não é assegurado constitucionalmente o direito à licença-paternidade.

22 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional, sendo vedada aos territórios a eleição de um deputado.
- (C) A representação de cada Estado perante o Senado Federal será renovada a cada quatro anos, alternadamente, com metade dos representantes sendo eleitos a cada vez.
- (D) Cada senador será eleito com dois suplentes.
- (E) O Distrito Federal não elege senador.

23 - É de competência exclusiva da União:

- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
- (B) cuidar da saúde e da assistência pública.
- (C) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (D) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- (E) legislar sobre transporte.

24 - São princípios gerais da atividade econômica brasileira:

- (A) a propriedade democrática, a soberania nacional e a livre-concorrência.
- (B) a defesa do consumidor, a igualdade salarial e a liberdade do consumo.
- (C) a redução das desigualdades regionais e sociais, a propriedade comunitária e a igualdade salarial.
- (D) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, a igualdade salarial e a propriedade democrática.
- (E) a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente e a livre-concorrência.

25 - São princípios que regem a Administração Pública:

- (A) o da eficiência, o da formalidade, o da publicidade e o da pluralidade.
- (B) o da pluralidade, o da publicidade, o da formalidade e o da moralidade.
- (C) o da impessoalidade, o da eficiência, o da legalidade e o do sigilo.
- (D) o da legalidade, o da proporcionalidade, o da formalidade e o do sigilo.
- (E) o da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e o da eficiência.

26 - A respeito das Forças Armadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não cabe *Habeas Corpus* em relação a punições disciplinares militares.
- (B) É vedada ao militar, em serviço ativo, a filiação partidária, salvo se esta tiver ocorrido em momento anterior ao ingresso dele nas Forças Armadas.
- (C) O militar em atividade que tomar posse em cargo público permanente será imediatamente exonerado.
- (D) Ao militar é permitida a sindicalização, sendo vedada, contudo, a greve.
- (E) As mulheres, a partir da CF/88, não são mais isentas do serviço militar obrigatório em tempo de paz.

PROVIMENTO

27 - A denominada cláusula de reserva jurisdicional faz que uma Comissão Parlamentar de Inquérito possua limites de atuação. Um desses limites é:

- (A) determinar a realização de perícias necessárias à instrução da investigação sob a tutela da CPI.
- (B) quebrar sigilo fiscal no âmbito da CPI.
- (C) determinar buscas imprescindíveis para a investigação realizada pela CPI.
- (D) convocar Ministros de Estado para prestarem esclarecimentos de assuntos relativos à CPI.
- (E) determinar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas.

28 - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios. Um desses é:

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a defesa dos Estados americanos.
- (C) o respeito aos direitos naturais.
- (D) a laicidade dos Estados.
- (E) a soberania do Conselho de Segurança da ONU.

29 - Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- (A) processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança que tenha por objeto ato de Ministro de Estado.
- (C) homologar sentença penal estrangeira.
- (D) processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre os Estados e a União.
- (E) processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas da União.

30 - De acordo com a Constituição do Mato Grosso, são partes legítimas para propor a ação direta de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face dela:

- (A) o vereador, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.
- (B) o Procurador do Município, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.
- (C) a Mesa da Câmara de Vereadores, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.
- (D) o Procurador-Geral do Estado, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.
- (E) o Procurador-Geral de Justiça, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 – Assinale a opção que contém ente que não integra a estrutura da Administração Pública Indireta:

- (A) autarquia.
- (B) fundação pública.
- (C) empresa pública.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) organização social.

32 - Com relação aos princípios que regem o processo administrativo, é correto afirmar que

- (A) o princípio da publicidade é absoluto, por força do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.
- (B) o princípio da oficialidade assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração Pública, independente de provocação do administrado.
- (C) o princípio do informalismo dispensa a obrigatoriedade de motivação das decisões proferidas nos processos administrativos.
- (D) o princípio da ampla defesa e do contraditório pode ser sacrificado em homenagem à supremacia do interesse público.
- (E) o princípio da pluralidade de instâncias não se aplica em razão da estrutura contida no poder hierárquico.

33 - Agentes da fiscalização sanitária de determinado município, após inspeção de rotina, constatarem a utilização de produtos para o consumo humano armazenados de forma inadequada. Em face de tal circunstância, apreendem todo o estoque. À luz dos atributos dos atos administrativos, a apreensão efetuada pelos fiscais consiste na

- (A) competência.
- (B) finalidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) imperatividade.
- (E) tipicidade.

34 - Nos termos da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a opção que contém um princípio aplicado às licitações, mas que não está expressamente positivado no artigo 3º da referida lei:

- (A) competitividade.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) igualdade.
- (E) publicidade.

35 - Nos termos da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, acerca dos contratos administrativos assinale a opção correta.

- (A) Não se aplicam as disposições de direito privado, mesmo que supletivamente.
- (B) A inadimplência do contratado com referência aos encargos fiscais gera responsabilidade da Administração Pública.
- (C) Os contratos administrativos não poderão sofrer alterações, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- (D) A penalidade consistente na declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal.
- (E) A aplicação da sanção consiste em multa que necessita de processo judicial.

36 - Nos termos da Lei Nº 8.987, de 13/2/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos analise as seguintes assertivas:

- I – A condenação transitada em julgado por sonegação de tributos pode levar à caducidade da concessão.
- II – Em caso de rescisão do contrato de concessão por iniciativa da concessionária, os serviços prestados poderão ser interrompidos ou paralisados por sua iniciativa.
- III – Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- IV – Incumbe à concessionária prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

37 - Com relação ao regime jurídico instituído pela Lei Nº 11.079, de 30/12/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privada no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a celebração de contrato cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- (B) É possível a celebração de contrato cujo período da prestação de serviço seja superior a cinco anos.
- (C) O prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não deverá ser inferior a cinco, nem superior a 35 anos, incluindo eventual prorrogação.
- (D) A constituição de uma sociedade de propósitos específicos é uma faculdade do Poder Público e do particular contratado.
- (E) O edital da licitação deverá prever a habilitação dos licitantes, com posterior julgamento das propostas, sendo proibida a inversão da ordem das referidas fases. (artigo 13)

38 - Com relação ao regime jurídico constitucional dos agentes públicos é correto afirmar que

- (A) o prazo de validade dos concursos públicos será de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.
- (B) ao servidor ocupante de cargo público é reconhecido o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- (C) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (D) a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende às empresas públicas.
- (E) a aposentadoria compulsória ocorrerá aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

39 - O Decreto Nº 1.169 de 22 de janeiro de 1.992 dispõe sobre a aplicação do regime jurídico único aos servidores públicos do Estado do Mato Grosso. Com relação a ele, é correto afirmar que

- (A) se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) se aplica aos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações.
- (C) a criação de cargos na Administração Direta dependerá exclusivamente da lei complementar.
- (D) a contratação para exercício de função pública, em caráter temporário, deverá ser por ato próprio e por prazo indeterminado.
- (E) se aplica somente à Administração Direta.

40 - Com relação ao regime jurídico da improbidade administrativa disciplinada pela Lei Nº 8.429, de 02/06/1992 é correto afirmar que

- (A) as penalidades previstas no artigo 12 têm natureza penal.
- (B) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei são imprescritíveis.
- (C) o Ministério Público está legitimado para atuar no processo apenas como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- (D) a aplicação das sanções previstas na lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (E) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei independente do limite do valor da herança.

41 - O uso privativo de bens públicos pode ocorrer de forma privada por particulares mediante autorização de uso, permissão de uso ou concessão de uso. Acerca de tais institutos é correto afirmar que

- (A) a autorização de uso é ato negocial, unilateral e discricionário e precário.
- (B) a autorização de uso é ato negocial, por prazo determinado, precedido de licitação, quando possível.
- (C) a permissão de uso é contrato administrativo, bilateral, por prazo indeterminado, precedido de licitação, quando possível.
- (D) a concessão de uso é ato negocial, precedido de licitação, quando possível, a título precário e gratuito.
- (E) a concessão de uso é contrato, precedido de licitação, quando possível, para que o beneficiário utilize o bem público de acordo com as suas conveniências.

42 - Em razão da execução das obras do metrô em uma determinada cidade, a Prefeitura local se viu obrigada a ocupar determinada propriedade contígua às obras pelo período de noventa dias, a fim de possibilitar a continuidade dos trabalhos. Nesse caso, a Prefeitura valeu-se do instituto da

- (A) desapropriação.
- (B) tombamento.
- (C) servidão administrativa.
- (D) ocupação temporária.
- (E) limitação administrativa.

DIREITO CIVIL

43 - Quanto à lei (aplicação, interpretação, eficácia no tempo e no espaço) e fontes de Direito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A duração da *vacatio legis* no Direito positivo pátrio sujeita-se, como regra geral, ao princípio do prazo progressivo.
- (B) A lei revogadora de outra lei revogadora tem o efeito repristinatório, de pleno direito, sobre a velha lei abolida, independentemente de disposição explícita neste sentido.
- (C) A derrogação de uma lei não implica o fenecimento desta, mas é amputada nas partes ou dispositivos atingidos, e apenas estes perdem a obrigatoriedade.
- (D) A equidade é um processo de raciocínio lógico pelo qual o juiz estende um preceito legal a casos não diretamente compreendidos na descrição legal.
- (E) A capacidade para receber por testamento apura-se pela lei do tempo em que praticado o ato.

44 - Quanto à personalidade e à capacidade das pessoas físicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) É nulo de pleno direito, não passível de convalidação, o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era de conhecimento de quem com aquele tratar.
- (B) A emancipação legal exige instrumento público apenas nas hipóteses em que a outorga é feita por um dos genitores.
- (C) A lei confere ao nascituro personalidade jurídica.
- (D) A incapacidade relativa permite que o incapaz pratique atos da vida civil, desde que devidamente representado, sob pena de nulidade.
- (E) A emancipação judicial é a deferida por sentença, ouvido o tutor, em favor do tutelado que já completou 16 anos.

45 - Quanto às peças jurílicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos, perfaçam capital bastante.
- (B) Para criar uma fundação, far-lhe-á o seu instituidor, por instrumento público ou instrumento particular firmado na presença de cinco testemunhas, e nesta última hipótese o valor do acervo patrimonial não pode ser superior a quarenta salários mínimos, dotação especial de bens, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- (C) Aplica-se a doutrina do *disregard legal entity* quando, a requerimento dos credores, se constatar a insuficiência do patrimônio da pessoa jurídica para satisfazer obrigações líquidas e certas, vencidas e vincendas.
- (D) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, inexistindo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos, nem intenção de dividir resultados.
- (E) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a elaboração, via escritura pública ou instrumento particular firmado por duas testemunhas, dos respectivos atos constitutivos.

46 - Quanto aos bens, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, foram removidas para outro local.
- (B) O princípio de que o acessório segue o principal aplica-se, como regra geral, às pertencas.
- (C) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos e acréscimos sobrevindos ao bem, sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (D) A *res derelicta* é coisa sem dono, porque nunca foi apropriada, como a caça solta ou o pescado, mas pode sê-lo, pois se acha à disposição de quem a encontrar ou coletar, embora essa apropriação possa sofrer restrições de natureza ambiental.
- (E) É considerado bem móvel o direito à sucessão aberta na hipótese do acervo patrimonial deixado pelo *de cuius* ser constituído apenas de bens móveis.

47 - Quanto à responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente que, estando em situação de legítima defesa, causa ofensa a terceiro, por erro na execução, não responde pela indenização do dano, ainda que provada sua culpa.
- (B) A legítima defesa putativa exige o agente de indenizar os danos causados.
- (C) A obrigação de reparar o dano independe de prova de culpa quando o autor, em razão da sua atividade, criar um risco maior para terceiros.
- (D) Não se admite na esfera cível, tal como na esfera penal, para fins de fixação da indenização, a compensação de culpas.
- (E) O empregador é responsável pelo dano mesmo se a vítima sabia que o preposto procedia fora de suas funções.

48 - Quanto aos efeitos da posse, assinale a afirmativa correta.

- (A) O possuidor de boa-fé responde pela perda, ou deterioração, da coisa, ainda que acidentais e mesmo que não tenha dado causa.
- (B) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias, não lhe assistindo, todavia, o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual ou o de seu custo.
- (D) O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- (E) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos, inclusive os pendentes, colhidos ao tempo em que cessou a boa-fé.

49 - Quanto ao direito de propriedade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções, mas será, necessária e invariavelmente, indenizado pelo preço de custo das acessões.
- (B) É pressuposto para chamada aquisição da propriedade por interesse social prevista nos §§ 4º e 5º do artigo 1.228 do Código Civil a hipossuficiência econômica dos adquirentes.
- (C) Presume-se de forma relativa a intenção do proprietário de abandonar o imóvel urbano, que não se encontra na posse de outrem, quando, cessados os atos de posse, deixar de satisfazer os ônus fiscais.
- (D) A perda da propriedade imobiliária pelo renunciante não repristina a titularidade pelo anterior dono, aquele que lhe transmitiu a propriedade, e nem há transmissão a qualquer pessoa.
- (E) Aquele que edificou com material próprio em terreno alheio, ainda que de má-fé, adquire a propriedade do solo se o valor da construção for superior ao do terreno e se o trabalho de construção se fez na presença do proprietário e sem impugnação sua.

50 - Quanto ao usucapião, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível levar-se a efeito *accessio possessionis* a título singular no usucapião familiar.
- (B) No usucapião rural (artigo 1.239 do Código Civil), a dimensão da área usucapienda, a fim de permitir sua exploração econômica em regime de economia familiar, não pode ser inferior à área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da legislação específica.
- (C) Tratando-se de usucapião urbano individual (artigo 1.240 do Código Civil), em razão do espírito social que dessa norma se extrai, desde que observada a dimensão máxima para a área prescibenda de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), os bens dominicais podem ser usucapidos.
- (D) A ação reivindicatória manejada pelo proprietário registral e julgada improcedente tem o condão, em razão do aperfeiçoamento da citação, de quebrar, em relação ao suporte fático do usucapião esgrimido, o chamado requisito da pacificidade, além de inibir o *animus domini*.
- (E) O usucapião extraordinário geral (artigo 1.238, *caput*, do Código Civil), em razão do prazo prescricional aquisitivo dilatado, dispensa justo título, boa-fé e *animus domini*.

51 - Em relação às sucessões, assinale a afirmativa correta.

- (A) O testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.
- (B) São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
- (C) É proibido o testamento conjuntivo na forma simultânea, mas se admite na forma recíproca, com a instituição de benefícios mútuos, de modo que o sobrevivente recolha a herança do outro.
- (D) O codicilo é meio idôneo para efetuar deserdações e legar imóveis urbanos, com área não superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
- (E) É válida a disposição que institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória, no sentido de que este disponha, também por testamento, em benefício de terceiro, sendo vedado, entretanto, dispor em prol do testador.

52 - No que se refere ao Direito de Empresas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada poderá figurar em mais de uma empresa dessa modalidade.
- (B) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiro, qualquer que seja o regime de bens.
- (C) O contrato social da sociedade em conta de participação regularmente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos confere personalidade jurídica à referida sociedade.
- (D) O empresário casado pelo regime da comunhão universal de bens depende da outorga conjugal para alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-lo de ônus real.
- (E) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

53 - Em relação ao parcelamento do solo urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) É imprescindível para elaboração do projeto de desmembramento a solicitação, por parte do interessado, ao município com população superior a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, de diretrizes para uso do solo, traçado dos lotes e do sistema viário.
- (B) O traço distintivo entre o loteamento e o desmembramento, espécies do gênero parcelamento, reside na dimensão da área mínima dos lotes.
- (C) Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos constantes do projeto e do memorial descritivo, poderão ter a sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do projeto, mediante compensações de natureza urbanística.
- (D) Não integra a infraestrutura básica mínima dos parcelamentos situados em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) o escoamento das águas pluviais.
- (E) A existência de protestos, de ações pessoais ou de ações penais, exceto as referentes a crime contra a administração, não impedirá o registro do loteamento se o requerente comprovar que esses protestos ou ações não poderão prejudicar os adquirentes de lotes.

54 - Em relação ao Registro de Imóveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da especialidade cede às normas referentes à compra e venda de imóveis *ad corpus* e *ad mensura*.
- (B) O usucapião tabular (§ 5º do artigo 214 da Lei n.º 6.015/73) somente pode ser suscitado pelo terceiro de boa-fé, assim entendida – a boa-fé – como o desconhecimento do vício nulificador do título translativo da propriedade registrado em nome deste, terceiro.
- (C) O registrador pode, *ex officio*, independentemente de ação direta, depois de ouvidos os interessados, cancelar registro contaminado por nulidade de pleno direito.
- (D) Prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos que foram lavrados em primeiro lugar.
- (E) Se o registrador entender, diante de uma situação de nulidade de pleno direito, que a superveniência de novos registros poderá causar danos de difícil reparação, deverá determinar, de ofício, a qualquer momento, ainda que sem a oitiva das partes, o bloqueio da matrícula do imóvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55 – Sobre o ônus da prova no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código de Processo Civil adotou a chamada teoria das normas, distribuindo o ônus da prova de maneira fixa e de acordo com a natureza das alegações de fato a provar.
- (B) Não é admissível, no direito brasileiro, em nenhuma hipótese, a utilização da chamada teoria do ônus dinâmico da prova.
- (C) A inversão do ônus da prova no processo civil independe da verossimilhança das alegações da parte que a requer.
- (D) Apenas o aspecto subjetivo do ônus da prova é levado em consideração no direito brasileiro para disciplina do ônus da prova.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

56 - Para efeitos de concessão de liminar no processo civil, a expressão *fumus boni iuris* significa:

- (A) verossimilhança da alegação, entendida essa como aquilo que normalmente acontece.
- (B) probabilidade da alegação, entendida essa como a frequência de determinado acontecimento.
- (C) probabilidade da alegação, entendida essa como um determinado grau de aproximação à verdade logicamente comprovável à luz da prova dos autos.
- (D) verossimilhança da alegação, entendida como aquilo que normalmente acontece e como probabilidade estatística.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

57 - A jurisdição no Estado Constitucional:

- (A) constitui um poder vinculado tão-somente à lei.
- (B) constitui um poder vinculado à Constituição e que deve ser exercido na dimensão dos direitos fundamentais e da legislação vigente.
- (C) constitui uma declaração judicial de uma norma pré-existente, cujo sentido é dado pelo legislador na redação da proposição legal.
- (D) constitui uma atividade constitutiva da juridicidade do Estado, que está, contudo, totalmente vinculada à legislação infraconstitucional federal, que deve ser respeitada em qualquer caso, mesmo em caso de inconstitucionalidade.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

58 - O direito de ação:

- (A) constitui direito a uma sentença de mérito favorável.
- (B) constitui direito ao processo justo e ao reconhecimento do direito material afirmado em juízo.
- (C) constitui direito à sentença de mérito favorável e à tutela efetiva.
- (D) constitui direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

59 - Sobre a teoria do procedimento no processo civil, é correto afirmar que

- (A) inexistem, no Brasil, qualquer procedimento de cognição *secundum eventum probationis*.
- (B) inexistem, no Brasil, qualquer procedimento de cognição *secundum eventum defensionis*.
- (C) todos os procedimentos regidos pelo Código de Processo Civil são procedimentos de cognição plena e exauriente.
- (D) o direito brasileiro admite procedimentos formalmente sumários.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

60 - Sobre os poderes do juiz no processo civil, é correto afirmar que

- (A) o direito brasileiro consagra técnicas processuais executivas atípicas ao lado de técnicas processuais típicas.
- (B) o direito brasileiro tem como regra a possibilidade de o juiz prestar tutela pelo equivalente monetário em detrimento da tutela específica independentemente de prévio pedido da parte.
- (C) o juiz pode julgar com base em fatos essenciais não alegados pelas partes em ofensa ao princípio da demanda.
- (D) o juiz não pode agir de ofício em nenhuma hipótese no processo civil brasileiro.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

- 61** - Sobre o direito ao contraditório, é correto afirmar que
- (A) se esgota na ideia de bilateralidade da instância.
 - (B) deve ser realizado sempre de forma prévia no processo civil.
 - (C) não pode ser realizado de forma eventual em nenhuma hipótese no processo civil.
 - (D) constitui simplesmente direito de ser informado e de poder reagir em juízo.
 - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

- 62** - Sobre o direito recursal no processo civil brasileiro é correto afirmar que
- (A) vige a regra da atipicidade recursal no processo civil brasileiro.
 - (B) vige a regra do benefício comum no que tange ao efeito devolutivo dos recursos.
 - (C) se deve distinguir juízo de admissibilidade e juízo de mérito apenas nas hipóteses concernentes aos recursos extraordinários.
 - (D) vige a regra da singularidade recursal, não obstante existam exceções.
 - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

DIREITO COMERCIAL

- 63** – A proteção do nome comercial do empresário no território nacional depende de inscrição :
- (A) na Junta Comercial do Estado em que se localiza o seu estabelecimento principal.
 - (B) na Junta Comercial de todos os Estados da Federação, independentemente da existência de estabelecimento.
 - (C) na Junta Comercial de todos os Estados da Federação em que se localizarem seus estabelecimentos.
 - (D) na Junta Comercial do Estado do local do seu estabelecimento principal e de inscrição do empresário no Departamento Nacional de Registro do Comércio.
 - (E) no Departamento Nacional de Registro de Comércio.

- 64** – Quanto ao estabelecimento, é correto dizer que:
- (A) constitui uma universalidade de direito e de fato.
 - (B) a sua alienação depende do pagamento dos credores do alienante sob pena de ser considerado ato falimentar.
 - (C) a sua alienação presume um dever de não concorrência por cinco anos após a sua transferência.
 - (D) a cessão dos créditos referentes ao estabelecimento produz efeitos perante os devedores após a averbação da transferência à inscrição no Registro Público respectivo.
 - (E) a averbação da alienação no Registro Público respectivo dispensa a publicação da transferência.

- 65** – Quanto aos atos registrários das Juntas, pode-se dizer que:
- (A) a matrícula é o registro a que se submetem os auxiliares do comércio.
 - (B) a matrícula é o registro a que se submetem os dados relativos aos empresários pessoas físicas ou pessoas jurídicas.
 - (C) a averbação é o ato pelo qual a Junta armazena, guarda ou conserva documento levado a registro.
 - (D) o arquivamento é o ato pelo qual são registrados fatos relevantes ligados ao empresário pessoa física ou jurídica.
 - (E) a autenticação não é ato praticado pela Junta Comercial.

- 66** – Quanto às Sociedades Anônimas, é correto dizer que:
- (A) as sociedades de economia mista não podem assumir forma de sociedade anônima, se o ente público não tiver a maioria do capital.
 - (B) podem assumir a forma de sociedades de capital aberto, fechado e comandita por ações.
 - (C) estão sempre submetidas às regras da Comissão de Valores Mobiliários.
 - (D) precisam de um capital mínimo para se constituírem.
 - (E) o Conselho de Administração, a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal são órgãos obrigatórios para sua constituição.

- 67** - Não é considerada empresarial a atividade:
- (A) desenvolvida por uma sociedade anônima.
 - (B) organizada que negocie bens imóveis.
 - (C) exercida por sociedades de economia mista ou empresa pública.
 - (D) organizada sob a forma de cooperativa.
 - (E) desenvolvida pelas sociedades de economia mista e empresas públicas.

- 68** - As sociedades limitadas, subsidiariamente:
- (A) regem-se sempre pelas regras das Sociedades Anônimas caso não haja referência expressa no contrato social.
 - (B) se regidas pelas regras das Sociedades Anônimas, permitem a dissolução parcial imotivada.
 - (C) se regidas pelas regras das Sociedades Anônimas, permitem a retenção total dos lucros.
 - (D) regem-se pelas regras da sociedade simples apenas se expressamente previsto no contrato social.
 - (E) regem-se pelas regras das Sociedades Anônimas apenas se expressamente previsto no contrato social.

69 – Na Recuperação Judicial, a aprovação do Plano de Recuperação depende:

- (A) de aprovação em separado de cada classe de créditos.
- (B) da unanimidade de votação em cada classe de créditos.
- (C) da unanimidade dos credores trabalhistas e de maioria dos demais.
- (D) de aprovação dos credores e do administrador judicial.
- (E) de aprovação de unanimidades dos credores tributários.

70 - Quanto aos livros comerciais é correto dizer:

- (A) sempre fazem prova a favor do empresário
- (B) não podem assumir a forma de fichas ou microfilmagem.
- (C) sempre fazem prova contra o empresário.
- (D) devem ser guardados por cinco anos.
- (E) devem obedecer a requisitos intrínsecos como os definidos na técnica contábil.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71 – Segundo o Código Tributário Nacional, são hipóteses de extinção do crédito tributário:

- (A) compensação, transação e moratória.
- (B) conversão do depósito em renda, pagamento e concessão de medida liminar em Mandado de Segurança.
- (C) parcelamento, decadência e remissão.
- (D) compensação, pagamento e prescrição.
- (E) prescrição, decadência e depósito do montante integral.

72 - Segundo o Código Tributário Nacional, são hipóteses de suspensão do crédito tributário:

- (A) depósito do montante integral, parcelamento e pagamento.
- (B) moratória, parcelamento e depósito do montante integral.
- (C) concessão de medida liminar em mandado de segurança, parcelamento e compensação.
- (D) parcelamento, moratória e transação.
- (E) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial, moratória e a transação.

73 - Obrigação tributária acessória significa:

- (A) a obrigação que a lei faz de um fato tributário que, se ocorrer, dará ensejo à obrigação tributária.
- (B) é o mesmo que equidade.
- (C) é a atribuição da lei de modo expreso para que terceira pessoa seja responsabilizada pelo pagamento do tributo.
- (D) é a obrigação que decorre da lei e que diz respeito a prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização dos tributos.
- (E) é a obrigação que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo.

74 - As modalidades de lançamento, segundo o Código Tributário Nacional, são:

- (A) por homologação, de ofício e por declaração.
- (B) por homologação, de ofício e por moratória.
- (C) de ofício, por declaração e por remissão.
- (D) de ofício, por homologação e por transação.
- (E) por declaração, por homologação e por remissão.

75 – Analise as afirmativas abaixo.

A solidariedade, em matéria fiscal, tem como efeito:

I - a interrupção da prescrição em favor de um ou contra os demais não favorece os demais.

II - a isenção do crédito, não outorgada pessoalmente em favor de um dos devedores, não exonera todos os obrigados.

III - o pagamento efetuado por um aproveita aos demais.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

76 – Em relação ao lançamento por homologação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ocorre quando o contribuinte apresenta declaração de tributo devido e procede na sua homologação.
- (B) Quando o lançamento é efetuado pela autoridade administrativa, com base nos dados que possui em seus registros.
- (C) Quando o contribuinte efetua o depósito do montante integral do tributo devido em processo judicial.
- (D) Quando o contribuinte termina de pagar o parcelamento do tributo.
- (E) Quando a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa que posteriormente revisa e homologa.

77 - Segundo o artigo nº 150, I, da Constituição Federal, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça – a palavra “LEI”, significa:

- (A) qualquer tipo de legislação prevista no sistema jurídico brasileiro.
- (B) leis ordinárias, decretos e instruções normativas.
- (C) medidas provisórias, atos normativos e leis complementares.
- (D) decretos, atos normativos e instruções normativas.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

78 - O Imposto Sobre a Transmissão Intervivos por Ato Oneroso de Bens Imóveis (ITBI), é tributo de competência:

- (A) da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, podendo cada um instituí-lo de acordo com a competência concorrente.
- (B) da União.
- (C) dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) dos Municípios.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

79 – O Imposto Sobre a Transmissão Intervivos por Ato Oneroso de Bens Imóveis (ITBI) :

- I - não incide sobre a venda de imóvel que sirva de moradia do vendedor, em qualquer hipótese.
- II - não incide sobre a venda de imóvel que sirva de moradia do comprador, em qualquer hipótese.
- III - não incide sobre a transmissão de bem imóvel incorporado ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, em qualquer hipótese.
- IV - não incide sobre a transmissão de bem imóvel incorporado ao patrimônio da pessoa jurídica e realização de capital, desde que a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) I e II.

80 – Em relação ao Imposto sobre Transmissão Intervivos (ITBI), assinale a afirmativa correta.

- (A) Incide sobre transmissões intervivos, a qualquer título, de bens imóveis por ato não oneroso.
- (B) Incide sobre venda e doação de bens imóveis, a qualquer título.
- (C) É tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) Incide sobre transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- (E) É tributo de competência da União.

DIREITO PENAL

81 – Assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com entendimento sumulado do STF, o juiz deve combinar leis sucessivas para poder aplicar ao réu a situação mais favorável.
- (B) De de acordo com determinação expressa do Código Penal brasileiro, o juiz deve combinar leis sucessivas, aplicando ao réu a situação mais favorável.
- (C) De acordo com determinação expressa do Código Penal brasileiro, é vedado ao juiz proceder à combinação de leis sucessivas.
- (D) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria de direito penal.
- (E) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias em matéria penal, com força de lei, desde que sejam em benefício do réu.

82 – Assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, inimputável.
- (B) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, semi-imputável.
- (C) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, imputável, sujeitando-se às normas do art. 26 do CP, que regulam a responsabilidade penal, em geral.
- (D) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, detentor de retardo mental.
- (E) De acordo com entendimento do STF, o indígena é, em princípio, oligofrênico.

83 – Assinale a alternativa correta.

- (A) O erro de tipo essencial exclui o dolo, somente se for invencível.
- (B) O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo.
- (C) O erro de tipo essencial sempre exclui a culpabilidade.
- (D) O erro de proibição exclui o dolo, somente se for invencível.
- (E) O erro de proibição sempre exclui o dolo.

84 – De acordo com a doutrina brasileira majoritária, em matéria de concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) a punição do partícipe se orienta pela acessoriedade mínima.
- (B) a punição do partícipe se orienta pela acessoriedade limitada.
- (C) a punição do partícipe se orienta pela acessoriedade máxima.
- (D) a punição do partícipe se orienta pela hiperacessoriedade.
- (E) a punição do partícipe se orienta pela ultra-acessoriedade.

85 – De acordo com o art. 117 do Código Penal, o curso da prescrição interrompe-se

- (A) pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (B) pela admissão de recurso extraordinário.
- (C) pela fuga do réu que se encontrava preso.
- (D) pelo início ou continuação do cumprimento da pena.
- (E) pela reiteração na prática delituosa.

86 – Assinale a alternativa correta.

- (A) Pratica o crime de falsidade de documento público somente o agente que pratica a conduta de falsificar, no todo, documento público.
- (B) Pratica o crime de falsidade de documento público somente o agente que pratica a conduta de falsificar, no todo, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.
- (C) Pratica o crime de moeda falsa o agente que falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, ainda que a falsificação seja grosseira.
- (D) Pratica concurso material de crimes o agente que falsifica documento com o fim específico de cometer estelionato com o referido documento.
- (E) Pratica apenas o crime de estelionato quando o falso se exaure no crime de estelionato sem mais potencialidade ofensiva, sendo o falso absorvido por aquele crime-fim.

87 – Relativamente ao crime de peculato, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se o agente funcionário público repara o dano antes da sentença irrecorrível e o peculato é culposos, a pena é diminuída.
- (B) Se o agente funcionário público repara o dano após a sentença irrecorrível e o peculato é culposos, a pena permanece inalterada em seu *quantum*.
- (C) Se o agente funcionário público repara o dano antes da sentença irrecorrível e o peculato é culposos, extingue-se a punibilidade.
- (D) Se o agente funcionário público repara o dano após a sentença irrecorrível e o peculato é culposos, extingue-se a punibilidade.
- (E) Se o agente funcionário público repara o dano antes da sentença irrecorrível e o peculato é doloso, extingue-se a punibilidade.

88 – De acordo com o entendimento do STF, se o agente coloca uma fita adesiva para alterar a identificação da placa de seu automóvel e assim poder burlar o rodízio de veículos, ele pratica

- (A) o crime tipificado no art. 311 do CP.
- (B) o crime tipificado no art. 311 do CP, somente ante a presença de elemento subjetivo do injusto ou a finalidade específica.
- (C) o crime de falso previsto no art. 297 do CP.
- (D) o crime de falso previsto no art. 299 do CP.
- (E) fato atípico em razão da falsificação grosseira.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

89 - Em relação aos prazos para a conclusão da investigação preliminar, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Estando o réu solto, ela deve findar impreterivelmente em trinta dias sob pena de violação de preceito constitucional.
- (B) Sendo necessário e estando o réu solto, poderá ser concluída em mais de noventa dias no caso dos crimes previstos na lei antidrogas.
- (C) Tem a previsão de dez dias estando o réu preso ou solto, no caso de crimes contra a economia popular.
- (D) Nos crimes de competência da Justiça Federal, a regra para o caso de réu solto, é que finde em trinta dias.
- (E) O inquérito penal militar prevê o prazo de vinte dias estando o réu preso.

90 - Quanto aos princípios que norteiam a ação penal pública incondicionada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A representação dada pelo ofendido afirma o princípio da titularidade.
- (B) O princípio da oficiosidade obriga o Ministério Público a interpor recurso quando este for oportuno e necessário.
- (C) O princípio da obrigatoriedade foi substituído pelo da discricionariedade regrada em relação às infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (D) O pedido de absolvição do réu em plenário do júri viola o princípio da indisponibilidade da ação penal.
- (E) Deixar o promotor de oferecer denúncia contra um dos corréus por ter, em relação a este requerido arquivamento, fere o princípio da oficialidade.

91 - Em relação ao assistente de acusação considere as seguintes afirmações.

- I- Este sujeito processual pode ser encontrado tanto na ação penal privada quanto na ação penal pública.
- II- Que, embora ingresse no processo visando, sobretudo, buscar a condenação do acusado, nada impede que o assistente de acusação recorra apenas do valor indenizatório fixado na sentença penal.
- III- Mesmo que o Ministério Público tenha arrolado testemunhas em número inferior ao permitido, não poderá o assistente, quando ingressar na ação, arrolar testemunhas, por estar esta via preclusa.
- IV- O assistente não será admitido após a sentença, pois se trata de assistente não habilitado.
- V- Órgãos ou entidades não poderão ingressar como assistentes de acusação por falta de previsão legal na legislação Pátria.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, II e V.
- (D) Apenas II e V.
- (E) Apenas III, IV e V.

92 - Tício responde a processo pela prática do crime de falsificação de documento público capitulado no art. 297 do Código Penal Brasileiro, que possui a seguinte previsão de pena em abstrato: “pena- reclusão de dois a seis anos e multa.” Após Tício apresentar sua resposta à acusação, o juiz decidiu pela absolvição sumária do acusado, por entender provada causa que exclui a ilicitude do fato.

No caso em tela, caberá ao órgão do Ministério Público a possibilidade de interpor

- (A) recurso no sentido estrito por ser decisão interlocutória.
- (B) correição parcial por não haver mais recurso específico para o caso.
- (C) recurso no sentido estrito juntamente com recurso oficial.
- (D) apelação por haver previsão legal.
- (E) carta testemunhável para provocar o reexame da decisão monocrática.

93 - Em se tratando de ação penal privada subsidiária da pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Após iniciada a ação, caberá ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva.
- (B) Não caberá ao ofendido intentá-la, mesmo transcorrido o prazo legal para o oferecimento da denúncia, se o Ministério Público tiver requerido arquivamento.
- (C) Poderá ser interposta pelo ofendido nos crimes de ação pública, se esta não tiver sido intentada no prazo legal e ainda ficar comprovada a total inércia do Ministério Público.
- (D) Tal ação, também conhecida como queixa substitutiva, outorga ao ofendido uma legitimação extraordinária para exercer ação penal em um crime de iniciativa pública incondicionada ou condicionada.
- (E) A inércia do Ministério Público se configura, assim que se verificar não ter esse órgão oferecido denúncia crime e nem requerido arquivamento do inquérito policial.

94 - Respondendo a processo de competência do Juizado Especial Criminal (Lei 9.099/95) o réu, por seu defensor, tentou na fase processual juntar documentos que julgava de fundamental importância à tese defensiva. O juiz da causa negou o pedido por não entendê-lo pertinente. Em vista da decisão que lhe negou direito líquido e certo, pode o acusado, consoante ao posicionamento do STJ, interpor

- (A) mandado de segurança perante o Tribunal Estadual por ser esta a instância de competência para tanto.
- (B) *habeas corpus* para trancamento da ação penal por não caber outro instrumento em seara de Juizado Especial Criminal.
- (C) mandado de segurança perante o órgão colegiado do próprio Juizado Especial Criminal.
- (D) apelação por ser este o recurso exclusivo nas causas do Juizado Especial Criminal.
- (E) recurso no sentido estrito, em face da qualidade da decisão, excepcionando a regra para o Juizado Especial Criminal.

95 - Lavrador foi preso em flagrante por atividade lesiva ao meio ambiente. Realizou abate de animal que consta como espécie ameaçada listada em relatórios oficiais de autoridades competentes. Em razão do fato acima é incorreto afirmar que:

- (A) a pena é aumentada até o triplo, se o crime é praticado em unidade de conservação.
- (B) não será considerado crime, se o réu provar que praticou o fato em estado de necessidade para saciar a fome de sua família.
- (C) uma das formas de prestação de serviço à comunidade poderá consistir em manutenção de espaços públicos.
- (D) constitui circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime ser este praticado em domingos e feriados.
- (E) os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos e descaracterizados por meio da reciclagem.

96 - Em razão de constar como testemunha em processo crime e estar sendo coagida e exposta a grave ameaça, Cinira deseja a prestação do serviço de proteção especial à testemunha. Em razão de tal fato, observe as assertivas abaixo.

- I- A suspensão das atividades funcionais sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens quando servidor público é uma das possíveis medidas aplicáveis.
- II- Pode o pedido ser encaminhado por entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.
- III- As hipóteses de ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão serão sempre decididas de ofício pelo presidente do conselho deliberativo.
- IV- Pode o pedido ser encaminhado pelo interessado.
- V- A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de doze meses.

Assinale as afirmativas corretas.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas II, III, IV e V.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II e V.
- (E) Apenas I e II

CONHECIMENTOS GERAIS

97 - O ex-espião Edward Snowden fez uma série de revelações sobre espionagem que os EUA realizavam em países aliados e que abalaram as relações entre muitos países. Ele trabalhava diretamente na

- (A) CIA
- (B) FBI
- (C) NSA
- (D) ABIN
- (E) KGB

98 - Observe as seguintes afirmativas.

- I – O Realismo consolidou a nacionalização da língua portuguesa falada no Brasil.
- II – O romantismo brasileiro não se traduziu numa forma peculiar de indianismo.
- III- Na época do Arcadismo, os membros da Arcádia denominavam-se pastores e adotavam nomes pastoris gregos ou latinos.

Está(ão) correta(s) apenas as afirmativas

- (A) I.
- (B) II
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

99 - Indique a opção que contém a relação completa de estados e/ou países que fazem fronteira com o Mato Grosso.

- (A) Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Minas Gerais, Rondônia, Tocantins além da Bolívia
- (B) Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Rondônia, Tocantins além da Bolívia.
- (C) Pará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, além da Bolívia e do Paraguai.
- (D) Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Rondônia, Tocantins além do Paraguai.
- (E) Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Amazonas, Rondônia, Tocantins além da Bolívia.

100 - Analise as seguintes afirmativas.

- I - O primeiro europeu a desbravar a área que viria a constituir o estado do Mato Grosso foi o português Aleixo Garcia.
- II - Às margens do Coxipó e do Cuiabá, Cabral Leme descobriu abundante jazida de ouro, cuja notícia ocasionou a corrida do ouro.
- III - Um alvará de Dom Pedro I criou a Capitania de Cuiabá, com privilégios e isenções para aqueles que lá quisessem fixar-se, com o objetivo de fortalecer a colônia do Mato Grosso.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.